

apartes

NÚMERO 4 - DEZEMBRO/2013

Distribuição gratuita

Partos humanizados

Lei garante tratamento mais respeitoso à mãe e ao bebê na rede pública municipal de saúde

Talentos esquecidos
Projeto quer mais atenção aos alunos superdotados

Herança de guerra
Conflito de Canudos mudou nomes de ruas em SP



Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marco Aurélio Cunha (PSD)
2º Vice-Presidente: Aurélio Miguel (PR)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Adilson Amadeu (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedor: Rubens Calvo (PMDB)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atílio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edemilson Chaves (PP), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB) - licenciado, Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PC do B) - licenciado, Noemi Nonato (PROS), Orlando Silva (PC do B) - suplente em exercício, Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT), Wadih Mutran (PP) - suplente em exercício

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editor assistente: Rodrigo Garcia
Repórteres: Gisele Machado, Fausto Salvadori Filho
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência e Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez.
Diagramação: Elton Pereira
Editor de infografia: Rogério Alves
Estagiários de arte: Gustavo Milan, Hugo Ramallo, Raphaela de Oliveira
Equipe executiva: Leandro Uliam, Lívia Tamashiro
Unidade de apoio: Secretaria de Documentação - SGP.3 e Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Foto de Marcelo Min/*Parto com Amor*

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01319-900 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Periodicidade: mensal
Fechamento desta edição: 13/12/2013

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP



*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

A última edição do ano da revista **Apartes** marca o fim do mandato da atual Mesa Diretora, da qual sou presidente. Fazendo um balanço das muitas decisões tomadas em relação a todos os setores da Casa ao longo desses 12 meses, tenho especial orgulho do investimento realizado na área de comunicação. Algumas melhorias foram significativas. Por exemplo: a grade da TV Câmara São Paulo ganhou novos programas; o portal recebeu um grande número de ferramentas úteis ao cidadão e foi remodelada a Web Rádio - mais uma alternativa para quem deseja se informar sobre o Parlamento paulistano, além de outras novidades, como o aplicativo da CMSP para dispositivos móveis e as publicações institucionais.

Entre as mudanças promovidas na área, tenho certeza de que um dos grandes acertos foi alterar a periodicidade desta publicação, de semestral para mensal. A modificação contribuiu para aperfeiçoar ainda mais a comunicação da Câmara Municipal, ao disponibilizar um veículo mais dinâmico, atual e presente no cotidiano do Parlamento. Portanto, é com muita satisfação que, como presidente da Mesa que encerra agora seu trabalho, escrevo esta última mensagem do ano para os leitores da **Apartes**.

Na edição passada, comentei sobre a importância da participação de todos os funcionários da Casa na construção desta revista. Neste número, novamente faço questão de enaltecer o trabalho conjunto. Na reportagem *Nomes de Guerra*, a cooperação entre a Equipe de Documentação (SGP.3) e o corpo de jornalistas do Centro de Comunicação Institucional resultou em importante resgate da história das ruas do Centro de São Paulo que tiveram seus nomes alterados, na época da Guerra de Canudos (em 1896-1897, na Bahia), para homenagear os militares brasileiros que atuaram no conflito. Resultados como esses reforçam a importância de todas as equipes de servidores da Câmara e a qualidade do trabalho que realizam.

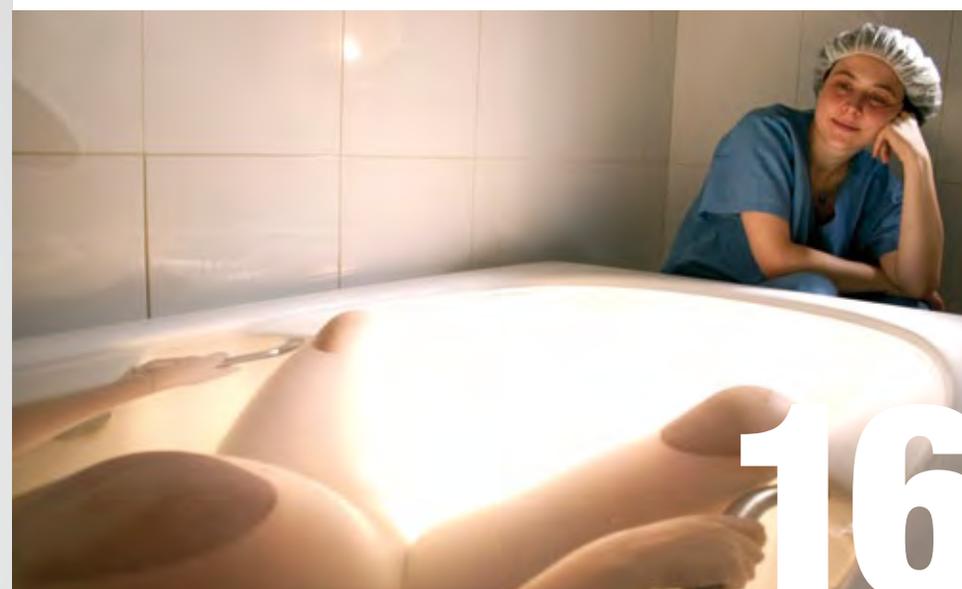
Não poderia deixar de mencionar, também, a matéria de capa, que traz um projeto de lei aprovado nesta Casa que determina a humanização dos procedimentos dos partos feitos na rede pública municipal de saúde. Outro texto desta edição debate a situação dos alunos com altas habilidades, os chamados superdotados, que muitas vezes ficam à margem das atenções na rede municipal de ensino e acabam desestimulados, fazendo com que o País perca grandes talentos.

Por fim, desejo aos leitores um grande final de ano, com muita paz e harmonia. E que 2014 seja também excelente, com muito trabalho e inúmeras conquistas.

Uma boa leitura a todos!

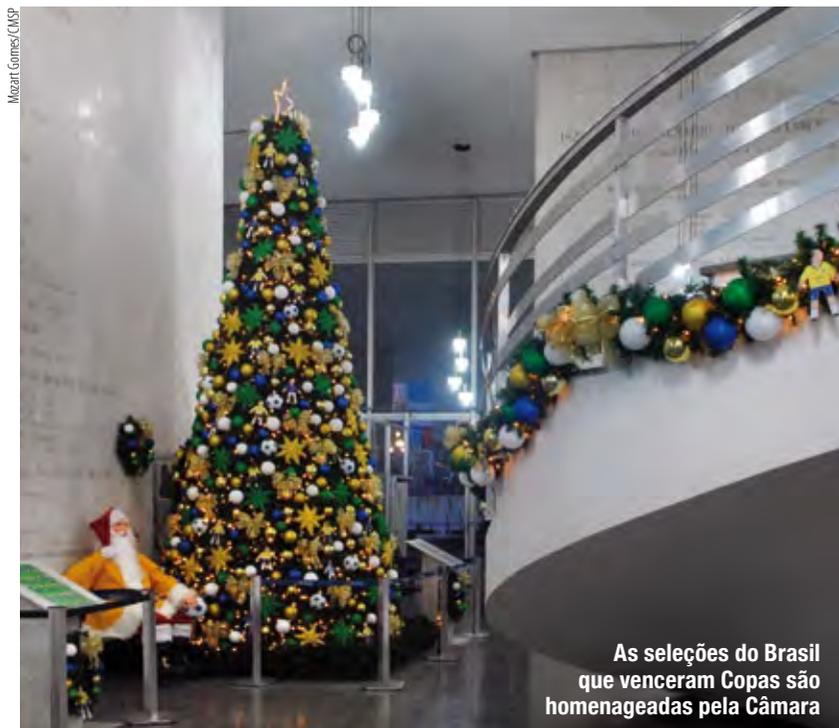


Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

- 3 Palavra do Presidente**
- 6 Notas**
- 8 Cultura**
São Paulo nas telas
- 12 Barulho**
Sem pancadão, mas com opção
- 16 Saúde**
Por nascimentos mais gentis
- 24 Educação**
Para não desperdiçar talentos
- 29 Regulamentação**
Menos burocracia para o comércio e a indústria
- 32 História**
Nomes de guerra
- 37 Plano Diretor**
A voz da cidade
- 40 Premiação**
Projetos simbólicos, intenções verdadeiras
- 42 Comércio**
Banca de jornal, bebida, eletrônicos...



As seleções do Brasil que venceram Copas são homenageadas pela Câmara

Copa do Mundo já começou na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo já entrou em clima de Copa do Mundo. Em 3 de dezembro, inaugurou sua árvore de Natal, cujo tema é o mundial futebolístico de seleções, que ocorre em 2014, no Brasil.

A árvore está decorada com enfeites alusivos ao futebol e bonequinhos que homenageiam os craques das seleções brasileiras campeãs do mundo, em 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002.

Até o Papai Noel já está pronto para torcer para o Brasil, com seu uniforme da seleção.

Câmara lança revistas técnicas

A CMSP lançou em dezembro quatro revistas com pareceres e artigos: *Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo – 2013*, *Parlamento & Sociedade* (da Escola do Parlamento), *Revista Consultoria Técnica Legislativa – SGP.5 – 2013*; e *Revista CTEO – Consultoria Técnica de Economia e Orçamento – 2013*. As publicações estão disponíveis em: www.camara.sp.gov.br.



Evento tem orquestra para terceira idade

Os jovens e adolescentes da Orquestra Grupo Pão de Açúcar se apresentaram para um público quase todo formado por gente acima dos 60 anos, durante o evento Terceira Idade em Festa, realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), em 6 de dezembro. Com qualidade técnica, gestos teatrais e alegria de tocar, os músicos executaram obras como *Aquarela*, *Sampa*, *Tico-tico no Fubá* e o primeiro movimento de *As Quatro Estações*.

A apresentação ocorreu no formato de uma sessão solene, conduzida pelo vereador Mário Covas Neto (PSDB). Realizado anualmente na primeira quinzena de dezem-



Orquestra Pão de Açúcar tocou de Caetano Veloso a Vivaldi

bro, o Terceira Idade em Festa é um evento criado pela Resolução 1/2005, “destinado ao congratamento dos cidadãos da terceira idade do Município de São Paulo”, e serve para celebrar o final dos trabalhos da Comissão Extraordinária Permanente do Idoso.

A Orquestra Pão de Açúcar, com regência de Daniel Misiuk e direção artística de Renata Jaffé, é presença regular no Terceira Idade em Festa.

Agenda da Democracia

O portal da CMSP lançou em novembro um espaço dedicado à Agenda da Democracia, que reúne eventos ligados às questões democráticas, pelas liberdades e em defesa da vida na cidade de São Paulo. A agenda é pública e está constantemente sendo atualizada.

Nesse novo espaço, haverá informes sobre eventos como audiências públicas da Comissão da Verdade Municipal Vladimir Herzog, da CMSP, e de outras Comissões da Verdade, além de exposições, palestras, seminários e debates realizados por museus, universidades, parlamentares, secretarias de governos e organizações da sociedade civil.

Para divulgar um evento, entre em contato pelo e-mail agenda.democracia@camara.sp.gov.br informando data, horário, local e telefone ou e-mail de contato.

Valet mais seguro

A CMSP aprovou mudanças na prestação de serviço de manobra e guarda de veículos, o chamado “valet service”, na cidade de São Paulo. A partir de agora, além do modelo e da marca do automóvel, também deverão ser anotados e entregues ao cliente dados como a placa, registro de eventual avaria e a quilometragem no momento da entrega do veículo. Além disso, o funcionário da empresa de valet fica proibido de circular com o carro, exceto entre o ponto de sua coleta e o estacionamento.

As mudanças constam na Lei 15.887/2013, dos vereadores Marco Aurélio Cunha e Marta Costa (ambos do PSD), que foi sancionada pelo Executivo e altera a Lei 13.763/2004, que estabelece normas para o serviço de valet no Município.

A legislação já é válida, mas ainda deve ser regulamentada pela Prefeitura – que precisa definir como será a fiscalização e quais serão as penalidades no caso de infrações.

Autores discutem biografias não autorizadas

“A história de um biografado pertence à história do País”, disse o jornalista e escritor Moacir Assunção no Ciclo de Debates em Comunicação, realizado pela CMSP em 11 de novembro. Assunção e seu colega de profissão Assis Ângelo criticaram a possibilidade de veto legal a biografias sem autorização prévia.

Para Assis Ângelo, as questões de interesse do Brasil não teriam sido escritas se, “do outro lado, existissem comerciantes como os da associação Procure Saber”, que reúne músicos – como Gilberto Gil e Caetano Veloso – no combate à venda da “intimidade alheia”. No encontro, gratuito e aberto ao público, Assunção e Assis Ângelo debateram também o investimento crescente de jornalistas na produção de livros.

Assis Ângelo é presidente do Instituto Memória Brasil e foi chefe de reportagem em *O Estado de S. Paulo*. É autor, entre outros livros, de *Lua, Estrela, Baião - A História de um Rei*, sobre Luiz Gonzaga. Moacir Assunção é professor na Universidade São Judas Tadeu e também trabalhou em jornais de grande circulação. Entre os livros publicados, está *Os Homens que Mataram o Facinora*, sobre os inimigos de Lampião e que foi finalista do prêmio Jabuti em 2008.

O Ciclo de Debates é promovido mensalmente pela Câmara e os encontros são divulgados com antecedência no portal.

Da esquerda para a direita, Assis Ângelo, Eugênio Araújo (apresentador do evento) e Moacir Assunção



São Paulo nas telas

Recém-criada, agência SPCine pretende impulsionar setor audiovisual da cidade

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Mesmo quem nunca esteve em Nova York facilmente reconhece a cidade quando vê seus pontos turísticos, como o Central Park ou a Estátua da Liberdade, no cinema. Essas lembranças surgem porque muitas cenas de filmes e seriados são feitas nesses locais graças à ajuda, por parte do governo municipal, às produtoras.

Já a cidade de São Paulo, como ainda não contava com esse auxílio, tem pouca presença nas telas do mundo e até do País. Para tentar solucionar essa carência, a Prefeitura e os governos estadual e federal se uniram para criar a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo, a SPCine. A principal missão será facilitar e desburocratizar a economia audiovisual da cidade.

O prefeito Fernando Haddad (PT) queixou-se do número excessivo de licenças exigidas atualmente para se filmar na capital paulista. “Não podemos ter tantas”, disse ele na cerimônia de entrega do Projeto de Lei (PL)



ENTUSIASMO
Cineastas comemoram a aprovação do projeto da SPCine

772/2013, que cria a SPCine, ao presidente da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), José Américo (PT), em 31 de outubro, no Palácio das Artes, com a presença de várias autoridades e cineastas. “Nos últimos anos, a Câmara vem aprovando vários projetos sobre a cultura, mas havia uma lacuna em relação ao cinema; a SPCine chega em muito boa hora”, afirmou Américo na ocasião.

Em 3 de dezembro, os vereadores aprovaram o projeto por unanimidade, sob os aplausos de vários diretores e produtores que lotaram as galerias da Câmara. O prefeito deve sancionar a lei em breve e a previsão é que a SPCine comece a funcionar nos primeiros meses de 2014.

Toni Venturi, ex-presidente da Associação Paulista de Cineastas (Apaci), é um dos diretores de cinema que ajudaram a montar o PL. “Passei a frequentar essa Casa há alguns anos, lutando pela emancipação do

cinema, e hoje eu me sinto muito à vontade aqui. Este é um lugar onde a gente encontra respaldo.”

Na sessão em que o projeto foi aprovado, o vereador Orlando Silva (PCdoB) ressaltou que sua expectativa é que a SPCine tenha como marca a eficiência. “Nos debates com representantes do setor, sempre percebi uma preocupação com a eficiência, com a agilidade, com a capacidade operacional que essa empresa deve ter, e isso está plenamente contemplado nesse projeto.”

O vereador Andrea Matarazzo (PSDB) declarou ser fundamental que a SPCine não se transforme em uma agência aparelhada. “É importante que não tenha grupos que se assenhem dela, que seja absolutamente transparente e democrática. Que seus recursos sejam canalizados para a atividade fim, o cinema.”

Na cerimônia de entrega do projeto, a ministra da Cultura, Marta Suplicy (PT), declarou que a indústria cinematográfica “traz como resultado um produto que alegra a alma e enriquece nossa cultura”. Segundo ela, “o cinema é um dos meios mais eficazes de criar uma imagem do País, registrando

BATALHA

Toni Venturi é um dos cineastas que lutam pela “emancipação do cinema”



PONTE ESTAIADA
Cena do filme *Ensaio sobre a Cegueira*, com a ponte Octávio Frias de Oliveira ao fundo

movimentos históricos e características culturais, e São Paulo poderá contribuir muito com isso”.

Por sua vez, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que o projeto celebra a união de esforços. “Estamos por terra, mar e ar”, disse, em uma referência às três esferas de governo envolvidas no projeto. “Estamos imitando o cinema, que sempre trabalha em equipe, pois esse projeto não é trabalho isolado.”

MUITAS PLATAFORMAS

A SPCine investirá em produtos e serviços ligados a atividades audiovisuais, apoiará eventos promocionais no Brasil e no exterior, promoverá formação e capacitação profissional, subsidiará pesquisa e desenvolvimento científicos e financiará ou apoiará a construção de espaços físicos. Terá, ainda, atuação como *film commission*, órgão que facilita as filmagens nos espaços públicos da cidade de São Paulo.

De acordo com o prefeito, a SPCine vai fomentar a produção cinematográfica, publicitária, televisiva, de games, de animação e de conteúdos transmiídia, criados para serem veiculados em diferentes plataformas, das telas do cinema às dos aparelhos celulares. “A SPCine é para todo mundo: para quem está produzindo audiovisual com complexidade para ter penetração internacional, até para aquela garotada que está na periferia esperando

COOPERAÇÃO
Os três níveis de governo se uniram para criar a empresa de cinema



Muitas produtoras, pouca produção

Na justificativa do Projeto de Lei (PL) que enviou à Câmara criando a SPCine, o prefeito Fernando Haddad mostrou um retrato paradoxal da situação audiovisual da cidade: há muitas produtoras e pouca produção.

Segundo ele, São Paulo concentra o maior número de produtoras do Brasil: ultrapassa o número de 500 e reúne as mais importantes em termos de volume de negócios e de geração de empregos e renda. Mas isso não se reflete na bilheteria e na audiência dos filmes. Em 2011, por exemplo, foram produzidos 32 filmes paulistas, ante 43 realizados no Estado do Rio de Janeiro.

Na realidade, percebe-se que nos últimos anos muitas produtoras têm realizado suas filmagens em outras cidades devido às dificuldades de filmar e produzir em São Paulo. Além disso, a capacidade de mobilizar recursos de incentivos fiscais por produtoras paulistanas foi, nos últimos 10 anos, 30% menor do que a das produtoras do Rio de Janeiro, de acordo com dados da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Apesar do crescimento da produção cinematográfica brasileira na última década, com 83 lançamentos nacionais e 15 milhões de espectadores em 2012, existe um estrangulamento na fase da distribuição dos filmes, em um mercado exíguo, competitivo e concentrado em títulos importados, informou Haddad.

Sendo o maior mercado exibidor do Brasil, o Estado de São Paulo é decisivo para impulsionar o desenvolvimento econômico do audiovisual não só local, mas nacional.

Logo, concluiu o prefeito, é necessário um esforço maior para promover e inserir os filmes e conteúdos audiovisuais paulistanos e brasileiros no mercado paulista, o que, segundo ele, é um “fator estratégico para o desenvolvimento econômico e a ampliação do público”.

Haddad também informou que vem aumentando a demanda por roteiristas, quadros técnicos e fotógrafos. Atualmente, a formação na área técnica audiovisual é um dos gargalos do desenvolvimento do audiovisual no País.

Sampa em cartaz

Alguns filmes que mostram a cidade

- São Paulo, Sinfonia da Metrópole
- **O Homem que Virou Suco**
- São Paulo Sociedade Anônima
- O Corintiano
- **Ensaio sobre a Cegueira**
- Anjos do Arrabalde
- Linha de Passe
- Salve Geral
- O Signo da Cidade
- Chega de Saudade
- **Antonia**
- O Invasor
- Bem-vindo a São Paulo



Facilitar e desburocratizar

Principais objetivos da SPCine

Elaborar políticas para o desenvolvimento econômico, cultural, tecnológico e científico

Subsidiar e investir na realização de produtos e serviços

Investir em eventos promocionais no País e no exterior

Distribuir produtos audiovisuais

Atuar como *film commission*, órgão que facilita filmagens em espaços públicos

Apoiar ações de formação de pessoas para a indústria audiovisual

Incentivar ações de pesquisa científica e artística

Investir no desenvolvimento de empresas da atividade audiovisual

recursos para se desenvolver. Vai ter espaço para todo tipo de produção”, disse Haddad. “É um enxoval completo.”

No mundo, poucas cidades têm uma instituição para cuidar especialmente do cinema. Entre elas, estão Nova York, Seul, Buenos Aires e Rio de Janeiro, onde desde 1992 existe a RioFilme. Por esse motivo, técnicos da Secretaria de Cultura de São Paulo estudaram o modelo da agência carioca antes da criação da SPCine.

“Seria um erro se apenas copiássemos a RioFilme”, disse o secretário municipal de Cultura, Juca Ferreira. “Analisamos a experiência e extraímos o que achamos de bom. Há uma diferença de perspectiva entre as cidades e as agências. Mas o trabalho será muito mais de cooperação do que de concorrência.” E completou: “Queremos fortalecer os laços não só entre São Paulo e Rio de Janeiro, mas no resto do País”. Também ajudaram no projeto de criação da SPCine associações de cineastas, roteiristas, produtores de TV, animadores e desenvolvedores de jogos digitais.

Com tanto entusiasmo dos profissionais da indústria audiovisual e das autoridades, um dia, quem sabe, os nova-iorquinos assistirão a um filme rodado no Vale do Anhangabaú ou no Parque do Ibirapuera e, rapidamente, reconhecerão São Paulo.

Sem pancadão, mas com opção

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Câmara aprova lei que permite multar som alto em carros estacionados e pretende criar alternativas de lazer aos jovens

PANCADÃO
Jovens promovem festa com bebidas ao redor de carro estacionado

Gisele Machado/CMSP

O som pode chegar a 110 decibéis. É comparável ao de uma britadeira e pode levar à surdez instantânea. A vibração dispara alarmes dos carros e faz tremer janelas e portas das casas próximas. Esse barulho potente chega ao quarto de Jacir Fernando, técnico em química aposentado de 61 anos, morador do Jardim São Luiz, zona sul de São Paulo, e o faz “pular” involuntariamente na cama aos finais de semana.

O que provoca tudo isso é um fenômeno urbano bem conhecido dos paulistanos: as festas ao redor de carros estacionados e com música excessivamente alta. “Além de prejudicar os vizinhos, o alto nível sonoro atrapalha o próprio dono do carro. Você para perto dele e estremece. Além de tudo, é um problema de segurança sério, porque aquele fulano não ouve nada, pode passar um caminhão por cima que ele não escuta”, comenta o profes-

sor da Universidade de São Paulo (USP) José Fernando Cremonesi, mestre em Ruídos Urbanos e doutor em Ruídos Industriais.

O aposentado Jacir relata o sofrimento vivido nas noites de sexta para sábado e de sábado para domingo: “Arreentam a casa da gente; bate vidro, janela, sem hora nem limite para o barulho”. Nos últimos meses, entretanto, ele notou que a situação melhorou muito e supõe que seja efeito da Lei 15.777/2013, que proíbe a emissão de som elevado por automóveis parados, especialmente à noite. Criada em maio de 2013, a Lei do Pancadão foi proposta pelos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) Coronel Camilo (PSD), Dalton Silvano (PV) e o atualmente senador Antonio Carlos Rodrigues (PR). “Já tenho conseguido dormir em casa. Se mexer no bolso, o pessoal atende”, diz o aposentado, em referência às multas previstas no texto.

Quem não cumprir a lei pagará multa de R\$ 1 mil. Se não baixar o volume, o responsável pelo carro pode ter seu aparelho de som ou o próprio veículo apreendido “até o restabelecimento da ordem pública”. Se a mesma infração ocorrer novamente em menos de 30 dias, a multa sobe para R\$ 2 mil. A partir da terceira infração, o valor vai a R\$ 4 mil. As regras não atingem veículos usados para publicidade e manifestações sindicais ou populares, além de outros casos previamente autorizados.

Assim como Jacir, mais moradores sentiram que o medo da multa fez diminuir o barulho. É o caso do MC Diilh, nome profissional de Diego Pereira da Silva, 23 anos, que mora em Santana, na zona norte, e faz shows desde reggae a



PRECAUÇÃO
Vereador Coronel Camilo acredita que o Poder Público deve evitar a desordem antes que ela se instale

funk: “Não trabalho com carro nas minhas apresentações, mas sou do funk na comunidade e a galera fica meio assim, já abaixa o som. Ultimamente, percebo as pessoas falando sobre a multa”.

Apesar de surtir efeitos, Coronel Camilo lembra que, até o fechamento desta edição, a lei ainda não havia sido regulamentada pelo Executivo, que deve determinar quem fiscalizará e quantos decibéis serão suficientes para considerar um som abusivamente alto, entre outros pontos. O prazo para a regulamentação terminou em 29 de julho. Por isso, o vereador protocolou um pedido à Comissão Permanente de Administração Pública da CMSP para que questione o prefeito Fernando Haddad (PT) sobre o motivo do atraso.

O vereador Dalton Silvano lembra que, sem a lei, as autoridades não têm base para punir quem abusa do volume em veículos esta-

INSTRUMENTO
Vereador Dalton Silvano:
“Não havia punição para donos de carros estacionados com som alto”



Equipe de Eventos/CMSP

cionados. Só é possível a punição por crimes isolados e às vezes associados, como perturbação do sossego ou venda ilegal de bebidas alcoólicas, que requerem testemunhas. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê multa para veículos com som elevado, mas os automóveis devem estar em movimento. A Prefeitura ainda pode

FUNK
Para o MC Diih, se o jovem for proibido de se divertir de um modo considerado nocivo, buscará uma opção igualmente negativa



atuar sobre o comércio irregular e o uso inadequado do espaço para estacionar, mas a fiscalização pode ser demorada. Já o Programa de Silêncio Urbano (Psiu), do Executivo municipal, atua apenas dentro de estabelecimentos, como bares e boates. “Com a lei em prática, será muito fácil terminar com esse jogo de empurra, porque ela dá poder de sanção financeira forte e permite apreensão do veículo ou som num posto, bar, terreno, área pública, sem a necessidade de testemunha”, diz Coronel Camilo.

Em sua experiência como militar, o parlamentar do PSD notou que os encontros ao redor de carros com som abusivo iniciam 90% do que ele denomina “pancadões”: festas com música alta nas vias públicas, sem autorização e estrutura fornecidas pelas autoridades, que se tornam polo de atração para o uso de bebidas e entorpecentes, violência, corrupção de jovens e “bagunça generalizada”. Ele acredita que o Poder Público peca pela demora na resposta ao cidadão: “O trabalho tem de ser com inteligên-

cia, com antecipação, antes de as pessoas se embriagarem, não respeitarem mais ninguém e ter confronto”.

GASTAR ENERGIA

MC Diih é crítico da informalidade dos bailes. Conta que recebe amigos estrangeiros e tem receio de levá-los às festas de rua por conta da falta de banheiros, por exemplo, e da possibilidade de abordagem policial. Contrariado, leva os visitantes a casas noturnas, mesmo com muita vontade de apresentá-los à comunidade. Diego vê mais vantagens na formalização: os comerciantes podem atuar em parceria com o Estado e ajudar a movimentar a economia.

O músico defende que, se existissem opções culturais, em espaços estruturados pelo governo, não seriam necessárias as abordagens



Discriminação musical

Assis Ângelo, presidente do Instituto Memória Brasil e estudioso de cultura popular, diz que o som usado nos pancadões não pode ser comparado às valsas e chorinhos das serestas noturnas do século passado, que incomodavam os trabalhadores ansiosos por uma boa noite de sono, levavam os cantores para a prisão, mas, ao mesmo tempo, deixaram um precioso legado musical. “Não tenho medo de ser acusado de discriminação musical, porque não é de cultura musical que se está tratando, mas rigorosamente de barulho, que deve ser cerceado naturalmente, não no sentido pura e simplesmente de proibir, mas de tirar de circulação um objeto que incomoda a população”, afirma.

Para ele, não há condições de a expressão musical ser de boa qualidade nos eventos ao redor de automóveis, inclusive por conta do volume excessivo.

policiais e a proibição de bailes informais. Ele também teme que, ao serem simplesmente proibidos de exercer um lazer considerado nocivo à sociedade, os jovens procurem alternativas igualmente negativas: “Já não tem educação, não tem uma cultura tão forte, e o que tem o governo cada vez mais tira, tira, entende?”.

Coronel Camilo conversou sobre isso com Juca Ferreira, secretário municipal de Cultura, e com Netinho de Paula, secretário especial de Promoção da Igualdade Racial, e concluiu que a Prefeitura tem

condições de propiciar novos locais para a diversão dos paulistanos. “Há igrejas com área livre para shows, CEUs subutilizados e outros espaços que já podem ser direcionados para o lazer e onde o Poder Público pode pôr um mínimo de regras, para que não haja consumo de drogas”, disse o vereador. Além disso, nas conversas com os secretários o parlamentar ofereceu a possibilidade de apresentar emendas ao Orçamento para gerar áreas de lazer, principalmente, na periferia. “Se não criarmos espaços, a lei não vai resolver, porque o jovem quer se divertir, gastar energia. A ideia é melhorar a vida das pessoas, o que significa termos ordem, mas sem cercear a diversão”, diz Camilo.

Nascimentos mais gentis

Paulistanas terão direito a parto humanizado no SUS, graças a lei elaborada pela CMSP

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Nascimento gentil é como os falantes de língua inglesa denominam o parto humanizado. A ideia pode ser traduzida pelo carinho e pela serenidade da auxiliar de enfermagem Marlene, que delicadamente trançava os cabelos da gestante Priscila Ortega, jornalista, enquanto esperava a dilatação aumentar. Marlene saía da sala de vez em quando e, na volta, trazia lanchinhos e chá de cravo-da-índia para Priscila. Ao longo de sete horas madrugada adentro, a enfermeira Maria segurou a mão de Priscila e disse que ela não precisava ter medo, que conseguiria ter seu bebê como queria: por parto normal e sem medicamentos ou anestesia.

Finalmente, às 4 horas da manhã, Marlene, Maria e outra assistente trouxeram ao mundo o forte Isaac, que em hebraico significa sorriso. O pai cortou o cordão umbilical e acompanhou o primeiro

banho. “Não acreditei no amor com que elas me trataram. Me senti em outro mundo. Foi a experiência mais incrível da minha vida”, diz Priscila, que teve seu filho na Casa de Parto de Sapopemba, um Centro de Parto Normal (CPN) público municipal. Nesse local, o parto é um evento natural, que respeita o tempo do bebê, sem intervenção médica. O procedimento é destinado aos casos de baixo risco, com possibilidade de acesso ao hospital se houver alguma complicação.

O relato é um ideal de perfeição e lembra os clichês das telenovelas, em que as mães aparecem sorrindo ao ter seus bebês. Mas o momento também pode ficar marcado pelos traumas. De maio a novembro de 2013, a advogada Priscila Cavalcanti, especializada em direitos reprodutivos e sexuais da mulher, atendeu 30 mulheres que foram víti-

PACIENTE
Em partos normais humanizados, há respeito ao tempo do bebê

O Parto Humanizado

Preza pelo alívio da dor

Alia segurança ao bem-estar da mãe e do bebê

Tem mínima interferência médica

Usa métodos menos invasivos e mais naturais

Permite que a mãe escolha como o bebê vai nascer

Fonte: Lei 15.894/2013

mas de violência obstétrica: “Elas chegam até mim reclamando de maus tratos verbais, de exposição de seus corpos sem consentimento, de procedimentos invasivos e dolorosos sem anuência, de intervenções sem justificativa médica”. Segundo ela, as mulheres ainda reclamam que os serviços não permitem a entrada do acompanhante, às vezes em nenhum momento do trabalho de parto, “por inacreditável que pareça”. As clientes chegam abaladas, com raiva, tristes, algumas em tratamento por depressão, segundo a advogada. “Elas choram nas reuniões comigo, contam detalhes que as marcaram e relatam muitas dificuldades em retomar a vida normal.”

Luciana Lima, que trabalha como secretária, é uma das clientes que está movendo ação por danos morais contra o hospital que a atendeu. Em busca de um parto normal humanizado, com respeito ao tempo do bebê, procurou um CPN particular. Com 39 semanas de gravidez, na instituição escolhida, começou seu



Laura Almeida

ISAAC

SERENIDADE
Priscila Ortega só tem boas lembranças de seu parto

Quando engravidou, Priscila Ortega tinha uma certeza: não queria ter seu bebê em um hotel cinco estrelas, mas fazia questão de um tratamento cinco estrelas, em um lugar simples e acolhedor como uma manjedoura. Ela possuía bom convênio de saúde, mas optou por uma casa de parto pública, onde são feitos partos normais humanizados e sem médicos.

Lá, nasceu Isaac, em setembro de 2012, pelas mãos de três profissionais de enfermagem. “Lembro-me da fisionomia serena da enfermeira obstétrica Maria segurando minha mão por horas, enquanto cronometrava minhas contrações na água quente da banheira em que eu estava. Silenciosa e paciente, aguardava minha dilatação evoluir”. Priscila não fala das dores do parto. Ela só tem boas lembranças: “Foi a experiência mais incrível da minha vida”.

pesadelo. Sem questionar a gestante, uma obstetrix induziu o trabalho de parto precocemente e propositalmente, durante o exame de toque.

Após quase 15 horas de contrações, sentindo-se esgotada e insegura, Luciana pediu para ser transferida a um hospital conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ao chegar, presenciou uma discussão entre a equipe que a levava e profissionais da instituição receptora, que não teria sido avisada sobre a transferência. Com fortes dores, saiu da ambulância a pé, esperou a briga terminar e, finalmente, foi admitida. “Na sala de triagem, ao vocalizar minha dor pelas contrações, a enfermeira me mandava calar a boca, dizia: ‘Você não fala nada aqui! Fica quieta!’”. Após um exame de toque “superdoloroso”, a profissional disse que havia dilatação suficiente para o parto normal. Mesmo assim, ameaçou buscar o fórceps. Luciana

ALEGRIA
Vereadora Patrícia Bezerra, que criou a lei do parto humanizado: “A mulher não pode ter trauma num momento tão especial”



Ricardo Rocha/CPSP

se desesperou, e a enfermeira reagiu com riso e deboche.

Transferida para a sala de pré-parto, a gestante percebeu que ficaria sem acompanhante. O marido, que assinava a papelada na recepção, foi proibido de entrar. Ainda lhe injetaram o hormônio ocitocina sintético, que acelera o trabalho de parto e costuma gerar dor intensa. “Fecharam o biombo e me deixaram lá, sozinha. Minha barriga endureceu, eu não conseguia parar de fazer força, pedia ajuda, meu queixo batia de tanto medo, a sensação

de que o menino estava nascendo e que eu poderia morrer”, disse. Num grito, nasceu Thomas. E assim terminou o sonho de um parto romantizado. A enfermeira veio com uma bronca por Luciana não ter contido a expulsão, dizendo que a paciente tinha culpa por ter ficado “estragada”. Na opinião da mãe, entretanto, algumas das lacerações que sofreu devem-se às induções artificiais e à falta de assistência.

Frustrada, Luciana quis sair do hospital, mas os profissionais riram dela. O marido, quando foi apresen-



Arquivo pessoal

FERIDA
Luciana imaginou um parto humanizado, mas teve seu filho sozinha e desassistida

THOMAS

Com uma gravidez saudável e feliz, Luciana Lima idealizava um parto normal romantizado, com a presença de seu marido, que cortaria o cordão umbilical do bebê. Juntos, os três tirariam fotos de um nascimento cheio de alegria. Para que isso acontecesse, ela escolheu uma casa de parto particular muito conceituada, onde Thomas nasceria sem a presença de médicos, quando estivesse pronto para vir ao mundo.

Os planos de Luciana ruíram quando uma obstetrix induziu o trabalho de parto sem necessidade nem anuência, durante um exame de toque. Depois de 15 horas de contrações e exausta, a gestante foi transferida a um hospital, onde foi maltratada. No dia 8 de março de 2012, seu filho nasceu desassistido, na sala de pré-parto. O marido não estava presente. “As memórias me machucam sempre”, diz Luciana. As fotos, ela só conseguiu fazer no dia seguinte ao nascimento. Thomas é um garoto saudável. Luciana se trata para superar o estresse pós-traumático e a depressão.

Entre as propostas da CMSP para garantir melhores condições às gestantes e aos recém-nascidos, a vereadora **Juliana Cardoso** (PT) elaborou o Projeto de Lei 542/2009, que dá respaldo legal para o Município ter mais Centros de Parto Normal (CPNs), inclusive por meio de convênios com unidades particulares. O texto pede a observância de alguns critérios nessas casas, dedicadas ao parto vaginal (normal) humanizado para gestantes de baixo risco: permitir a presença de acompanhante, garantir a assistência quando não houver riscos à mãe e ao bebê, respeitar a individualidade da parturiente e disponibilizar remoção emergencial a hospitais de referência em eventuais situações de risco. Atualmente, existe apenas um CPN público na cidade, a Casa de Parto de Sapopemba.

Juliana, que estava no fim da gestação quando foi entrevistada pela reportagem da **Apartes**, em dezembro, também idealizou a lei do Programa Mãe Canguru (14.966/2009), para estimular o contato pele-a-pele entre mãe e bebê prematuro ou de baixo peso. Com isso, a criança gasta menos energia para manter a temperatura ideal, em 37°C, e ganha peso mais rápido. Outras vantagens são a estimulação sensorial e a criação de laços afetivos.

Do que trata o projeto do Centro de Parto Normal?

Juliana Cardoso - Ele motiva o SUS a ter mais casas de parto fora do complexo hospitalar, porque dentro dos hospitais não se estimula o parto normal humanizado, em que a mulher sente seu corpo e tem mais benefícios do que se fizesse a cesariana, uma cirurgia com dificuldades de recuperação.

Hoje, a legislação não dá respaldo municipal para que casas de parto particulares ingressem na rede pública de saúde por meio de convênio. O projeto de lei vai possibilitar isso.

Algumas parturientes transferidas a hospitais citam preconceito por terem tentado antes uma casa de parto.

Não é possível ter tanto preconceito! O ambiente de uma casa de parto é acolhedor e aconchegante. Isso

é muito importante, principalmente para as mães de primeira viagem, que têm muita dúvida, medo... Os médicos geralmente não dialogam e você tem que pesquisar por fora, mas na casa de parto não. Tem todo o acolhimento das obstetrias, toda uma equipe para sanar suas dúvidas, dar atenção e carinho, o que é muito diferente de hospital.

Na primeira gravidez, tive minha filha por convênio e não tinha muita informação. Quando cheguei ao hospital, os profissionais não conversavam comigo. Eles te levam para uma sala, o médico te apavora para que você não tenha parto normal, diz que o nenê fez as fezes na barriga... E apavora a família também. Ele sai e diz: “A mãe não quer fazer a cesárea e está acontecendo uma complicação”. A família então apoia a cesariana, porque supostamente médico é médico, ele é quem sabe. De-

tado à criança na sala de espera, chorou enfurecido, porque entendia ser seu direito ter acompanhado o parto. “Nos dois dias que passei naquele hospital, entre a admissão e a alta, fiquei totalmente acuada, sofri maus tratos, senti a repulsa e a rejeição dos profissionais”, diz a mãe de Thomas.

Histórias dramáticas como as vividas por Luciana são presenciadas frequentemente pela parteira tradicional Jéssica Nunes. Ela conta que,

quando as parturientes assistidas por ela não têm sucesso na tentativa de dar à luz no lar ou em casa de parto e precisam ser levadas a hospitais, são recebidas com “violência verbal”: “Dizem atrocidades, tiram da mulher o direito da escolha”.

BOAS MEMÓRIAS

A Lei 15.894/2013, sancionada em novembro e à espera da regulamentação do Executivo para vigorar,

quer garantir que mais mulheres tenham um parto humanizado e com boas recordações. O texto, da vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), diz que toda gestante tem o direito à assistência humanizada durante o parto na rede de saúde pública do Município de São Paulo, integrante do SUS. “Você não pode ter um trauma num momento tão especial, ainda mais para a gestante que precisa do SUS. Na hora do parto, a mu-



pois descobri que o que eliminei foi o tampão (secreção que bloqueia o colo do útero) e que, a partir disso, você ainda tem tempo para romper a bolsa.

Há espaço para a cesárea, mas também para o parto humanizado, natural (normal que dispensa medicação), sem o preconceito que já vem desde a faculdade de Medicina. A classe médica sempre alega que é perigoso ter parto normal. Mas, no fundo, tem a questão financeira, porque em uma cesariana é necessária toda uma equipe de profissionais, como o anestesista. E na casa de parto humanizado, não. O parto é o mais natural possível.

lher tem o direito de chorar apenas de alegria”, afirma à **Apartes**. A parlamentar elaborou a proposta inspirada no trabalho da médica obstetra Márcia Aquino, diretora da divisão médica do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros, instituição pública estadual de referência que realiza em média 550 partos por mês – sendo 370 deles normais.

A lei aprovada na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) ga-

rante que a gestante possa receber informação e escolher os procedimentos que lhe tragam maior segurança, conforto e bem-estar, incluindo o alívio da dor por anestesia, medicamentos ou métodos alternativos, como massagens e banhos de água morna. O médico deve interferir o mínimo possível no parto e só poderá restringir as escolhas em caso de risco à saúde da gestante ou do bebê. Deve ha-

ver preferência por métodos mais naturais e menos invasivos.

A gestante também terá o direito de elaborar um Plano Individual de Parto, no qual ela indicará: o estabelecimento e a equipe que escolheu para fazer o pré-natal e o parto; as rotinas e os procedimentos de parto; se terá um acompanhante nas duas últimas consultas e no parto; se usará métodos não farmacológicos para alívio da dor

“

O ambiente de uma casa de parto é acolhedor”

Deve haver algum cuidado especial ao se decidir por uma casa de parto?

É importantíssimo fazer um plano de parto, além de um acompanhamento bem antes para saber se está tudo certo, já que não é um local anexo ao hospital. Fica a uma certa distância, permitida pelo Ministério da Saúde. Quando há complicações, ambulâncias removem a mãe ao hospital. Todo o trabalho pré-natal é feito para que a mãe tenha a segurança de ter seu filho na casa de parto.

Qual o objetivo do Programa Mãe Canguru?

Os prematuros acabam indo para a incubadora, que é uma máquina. Quero reforçar a questão de ter o bebê mais perto da mãe, sentindo seu calor e seu carinho. As estatísticas mostram que os bebês tratados nesse projeto saem muito mais cedo da UTI (Unidade de Terapia Intensiva) neonatal, em comparação aos que ficam só na incubadora.

ARTHUR

LUZ
Médica obstetra, assistente e doula
sorriem ao ver a cabeça do bebê

Em novembro de 2007, a jornalista Luciana Benatti deu à luz Arthur, nas águas da banheira de um hospital particular, sem anestesia, sem mutilações e sem aceleradores de dilatação. As primeiras pessoas que o bebê conheceu, além da mãe e do pai, que fotografava a cena, foi a médica obstetra humanizada, o assistente e a doula, profissional que esteve ali para dar suporte emocional à mãe. “Encontrar a doula sorrindo no saguão me tranquilizou. Reclamei de dor e ela disse com voz suave que era meu corpo se preparando para a chegada do bebê”, relatou Luciana no livro *Parto com Amor*, elaborado com o marido Marcelo Min para incentivar o parto vaginal, por meio do relato de nove partos humanizados, realizados em vários formatos e cenários.

Luciana planejava um parto normal pelas mãos de um médico do convênio. Mas um mês antes da data provável do nascimento de Arthur, questionou o obstetra sobre seus procedimentos e descobriu que ele era adepto do corte vaginal em partos normais, da cesariana por conveniência e da anestesia em todos os casos. Ouviu do médico que ela deveria se preocupar com as roupinhas do bebê e com a decoração do quartinho, enquanto ele cuidaria do parto. Trocou de obstetra, pagando uma profissional particular. Gastou mais, mas se sentiu protagonista da própria história: “O nascimento foi emocionante. E não menos seguro para mim e para o bebê”.



Marcelo Min/Parto com Amor

As práticas que a lei quer



Incentivar

- Liberdade de movimento à parturiente
- Alívio da dor também por meios alternativos
- Alimentação (leve) da mulher em trabalho de parto
- Contato físico precoce entre mãe e recém-nascido



Coibir

- Lavagem intestinal
- Aceleração da dilatação com ocitocina
- Esforços de puxo prolongado
- Ruptura artificial da bolsa
- Corte entre a vagina e o ânus para facilitar o parto
- Hipotermia do bebê

(massagem e banho de água morna) ou anestesia e o modo como prefere que sejam medidos os batimentos cardíacos do feto (interna ou externamente).

Patrícia Bezerra diz que o direito de uso da anestesia é um avanço, porque a disponibilização desse recurso na rede pública não é usual, bem como os métodos alternativos contra a dor. Do mesmo modo, a presença de um acompanhante já é um direito previsto em lei federal, mas descumprido em 65% dos casos, segundo a vereadora. “A lei vem para dizer que agora não tem mais brincadeira. Tem que ter acompanhante e acabou”, diz a parlamentar. A médica Márcia Aquino explica que a presença de uma pessoa que tranquilize a parturiente aumenta até as taxas de parto vaginal,

também chamado normal, que permite uma recuperação mais rápida à mãe, entre outras vantagens.

Outra previsão da lei é garantir que a mulher tenha liberdade de movimento durante o trabalho de parto. “Não precisa ficar deitada, pode andar. É bom porque, ao sentir menos dor, ela pode cooperar no processo de parto vaginal.” A legislação determina que será favorecido o contato precoce entre mãe e recém-nascido, e que é necessário preservá-lo da queda de temperatura.

O documento ainda coíbe práticas rotineiras nos partos, como lavagem intestinal, aceleração da dilatação com ocitocina, recomendação de esforços de puxo prolongado, ruptura artificial da bolsa e corte entre a vagina e o ânus (epi-tomia) para facilitar o parto. Por levarem a sofrimento, constrangimento, lacerações e cirurgia cesariana desnecessários, com a lei o uso desses métodos ficará sujeito a justificção. “Racionalmente, eu sei que não é pra fazer a episiotomia. Mas a minha mão vai sozinha”, disse uma médica em entrevista para uma tese de doutorado apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) por Carmen Simone Grilo Diniz. Outro médico disse à doutoranda que profissionais forçam a cesariana por meio da ocitocina: “Tem colega que diz que vai fazer um parto normal, que é a favor, concorda em ir para aquelas salas bonitas de parto normal que tem nos hospitais caros. Mas quando chega lá, bota um soro bem firme na paciente e diz: ‘aposto que da segunda dor já vai sair pedindo cesárea’. E o pior é que saem contando isso como vantagem”.

Para a médica Márcia Aquino, a lei deve enfrentar resistência nas uni-



Arquivo Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros

REFERÊNCIA

Maternidade Leonor Mendes de Barros, em São Paulo, faz 550 partos humanizados por mês



Os profissionais do parto humanizado

Doula: Dá suporte físico e emocional à mulher

Parteira: Traz o bebê ao mundo baseada no saber tradicional

Obstetrix e enfermeiro

obstetra: Com funções semelhantes e curso universitário em Obstetria ou Enfermagem, com especialização em Obstetria

Médico obstetra humanizado:

Respeita o ritmo da natureza, o corpo da mulher e suas escolhas

Médico anestesista:

Aplica medicamentos para reduzir a dor ou anestesiá-lo quando preciso

dades de saúde: “Vamos encontrar aquele pessoal do ‘por que preciso fazer diferente do que sempre fiz?’ Vamos precisar de boa vontade, de profissionais multidisciplinares, de capacitação permanente, atualização dos conhecimentos médicos, de os postos estarem em contato com as maternidades e de boa vontade política”. A obstetra, no entanto, acredita ser possível humanizar os partos, já que a mentalidade começa a mudar entre seus pares. A vereadora Patrícia Bezerra está otimista. Idealiza que seu projeto estimulará o aumento de partos normais e será repetido em outras cidades: “Tudo o que se faz em São Paulo é replicado em um monte de lugares nesse País. Então acho que demos um passo enorme”. 

SAIBA MAIS

Tese de doutorado

Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. Carmen Simone Grilo Diniz. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. 2001. Disponível na internet.

Livro

Parto com Amor. Luciana Benatti e Marcelo Min. Panda Books. 2011.

Para não desperdiçar talentos

Vereadores criam lei que garante educação diferenciada para alunos altamente habilidosos

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br



Montagem sobre foto de Angeli Bantas/CMSP

Felipe Sakae tem 10 anos, está no 5º ano do ensino fundamental e também faz aulas de robótica, inglês, natação e teatro. Ele aprendeu a ler aos 4 anos, tem um bom vocabulário e adora se informar sobre a Segunda Guerra Mundial, mas não gosta muito da escola. “É chato, a professora de matemática explica uma vez, eu entendo, mas ela fica repetindo pros outros alunos, tem vez que ela repete quatro vezes”, queixa-se. E confessa: “Não gosto da aula, é fácil demais”. Entediado, ele deixa de prestar atenção para ficar perturbando os colegas. E enfrenta problemas (ver box na pág. 27).

O menino é uma das milhares de pessoas altamente habilidosas (AH), também conhecidas como superdotadas, que, segundo especialistas em educação, não estão recebendo do Poder Público a atenção que merecem e correm o risco de ter seus talentos desperdiçados.

Os AHs podem ter capacidades bem acima da média, como inteligência, rapidez, memória, criatividade, liderança, facilidade para determinada tarefa. Entretanto, muitas dessas habilidades não se desenvolvem por falta de estímulo ou, pior, por pressão para que sejam limitados, principalmente nas escolas.

Para que o Brasil não desperdice esses talentos, é preciso que haja uma atenção especial às crianças superdotadas. A Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) deu passo importante para evitar a perda desses prodígios ao aprovar, em segunda votação, em 13 de novembro de 2013, o Projeto de Lei (PL) 352/2012, que determina que em cada escola municipal haja um especialista para detectar os alunos com altas capacidades e lhes garantir um atendimento educacional especializado.

Apresentado pelos vereadores Eliseu Gabriel (PSB) (licenciado da Câmara para ser secretário do Desenvol-

MODELO

Outros países cuidam bem dos superdotados e São Paulo pode dar o exemplo ao Brasil, diz Pesaro



Arquivo/CCU/CMSP

vimento, Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura paulistana), Edir Sales (PSD), Floriano Pesaro (PSDB), Noemi Nonato (Pros) e Marta Costa (PSD), o projeto prevê que as escolas terão de assegurar aos alunos superdotados currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades; aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar, série ou etapa; enriquecimento curricular (mudanças no currículo) ou lúdico (brincadeiras que ensinam).

Na proposta, para determinar quem é superdotado os vereado-

res utilizaram a mesma definição que o Ministério da Educação usa: “Podem ser consideradas como de altas habilidades/superdotadas as pessoas que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para artes e capacidade psicomotora”.

Se a lei for sancionada pelo prefeito Fernando Haddad (PT), o Município vai promover a implantação gradativa do atendimento às altas habilidades, no prazo de cinco anos. Edir Sales comemorou a aprovação do PL: “O aluno com capacidade acima da média precisa ser acolhido, recebendo educação direcionada; caso contrário, corre riscos de desenvolver transtornos afetivos”.

Floriano Pesaro ressaltou que países como Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul não desperdiçam seus talentos, “pois tratam de forma diferente pessoas diferenciadas”. Ele espera que o Brasil também tenha essa política e que São Paulo possa servir de modelo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, é possível uma criança entrar na universidade. Com apenas 11 anos, Carson Huey-You é o aluno mais novo na história a ser admitido na Texas Christian University. Carson quer ser físico quântico. Com 10 anos ele se candidatou para a graduação – fez 1.770 pontos de 2.400 possíveis no SAT (espécie de Enem norte-americano). Também fala mandarim. Sua mãe afirma que o menino já lia livros com dois anos e fazia contas de multiplicação e divisão aos três. “A

AH

Genialidade infantil

Principais características da criança com altas habilidades (AH)

- Aprende rapidamente
- É original, criativa, não convencional
- Está sempre bem informada
- Pensa de forma incomum para resolver problemas
- É persistente, independente, autodirecionada, persuasiva
- Pode não tolerar tolices
- É inquisitiva, cética e curiosa
- Adapta-se com bastante rapidez a novas situações
- Habilidades nas artes
- Tem vocabulário excepcional, múltiplos interesses
- Resiste à rotina e à repetição

Como lidar com elas

- Dedicar-lhes tempo. Discutir ideias, responder a perguntas, valorizar a curiosidade
- Transmitir amor e confiança nas capacidades e demonstrar aceitação
- Encorajar a busca por fontes diversificadas de conhecimento
- Estimular habilidades físicas e sociais

A falta de estímulo pode causar

- Baixo rendimento escolar
- Decepção e frustração
- Desinteresse pelos estudos
- Comportamento inadequado, muitas vezes confundido com hiperatividade, déficit de concentração, dislexia ou depressão

Obs.: Uma criança com altas habilidades não apresenta, necessariamente, todas essas características
Fontes: Associação Paulista para Altas Habilidades/Superdotação (Apahsd) e Conselho Brasileiro de Superdotados (Conbrasd)

universidade é divertida, pois parece com a escola, só que em um câmpus maior e com mais gente”, afirmou Carson a uma TV norte-americana.

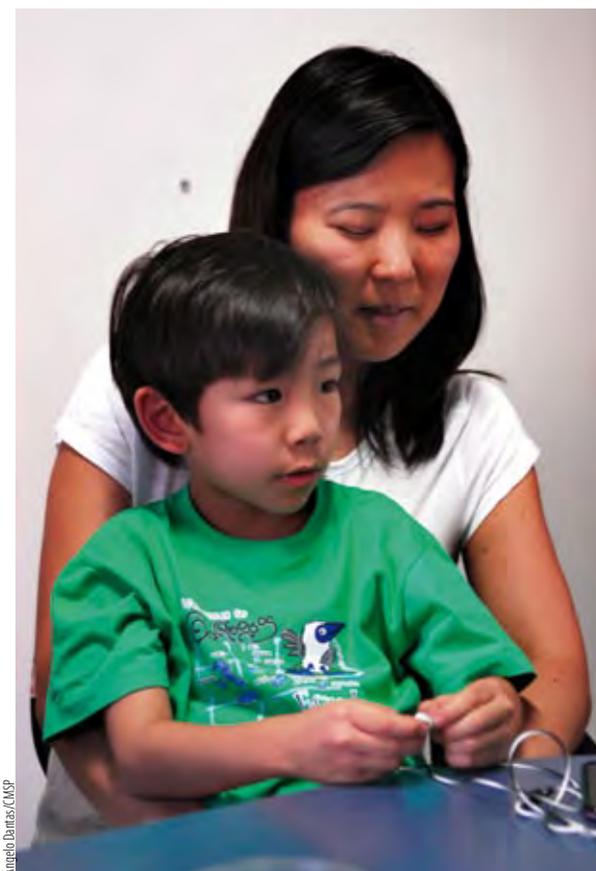
DEBATES

O PL 352 foi apresentado em 15 de agosto de 2012, mas a Câmara já tratava da questão antes. Em 28 de novembro de 2011, por iniciativa do vereador Eli-seu Gabriel, foi realizado no Palácio Anchieta, sede da CMSP, o 2º Congresso para Altas Habilidades/Superdotação, que contou com a participação de médicos e pedagogos. O parlamentar explicou que o encontro se destinava a “subsidiar a formulação de políticas”, já que “pessoas com altas habilidades muitas vezes são excluídas e até perseguidas”.

Em 19 de junho de 2012, realizou-se na CMSP o Fórum Legislativo das Altas Habilidades/Superdotação, com o objetivo de propor uma regulamentação

FAMÍLIA

A pediatra Paula, com Henrique no colo, tem dois filhos AHs e procura conscientizar os colegas



Angelo Damás/CMSP

DESESTIMULADO
 Felipe não gosta da aula porque “é fácil demais”



Angelo Damás/CMSP

Tédio na escola

O altamente habilidoso Felipe Sakae já foi expulso da sala de aula e tinha dificuldades em fazer amigos, pois as outras crianças não tinham os mesmos interesses que ele. Sua mãe, a pediatra Paula Sakae, ficou preocupada e encaminhou o filho à Associação Paulista para Altas Habilidades/Superdotação (Apahsd), onde Felipe há alguns meses passou a ter sessões de iogaterapia. Agora, ele tem amigos, pois aprendeu a ter mais paciência.

específica. Durante os debates, o especialista em educação Giovani Ferreira, que é superdotado, lamentou que “ninguém gosta” do alto habilidoso: “É como se a pessoa fosse proibida de ser ela mesma”. Segundo Ferreira, o superdotado é excluído desde a escola até o ambiente profissional. Ele acredita que a falta de informação faz com que a exclusão seja constante e que essas pessoas sejam vítimas até de ódio. O educador ainda aponta que mesmo profissionais da psicologia e da educação não são preparados para lidar com a inclusão dos superdotados, que acabam preferindo esconder a característica a buscar acompanhamento.

Em maio de 2013, com o projeto já em tramitação na Câmara, houve

duas audiências públicas para que a sociedade apresentasse aos vereadores suas propostas. Nesses encontros, organizados pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes, pais, mães e educadores deram depoimentos sobre as dificuldades de lidar com os superdotados.

Ana Lucia Fanganiello é diretora de escola e mãe de duas crianças que apresentam altas habilidades. Ela teve duas vezes negado o pedido de aceleração do processo educativo das filhas, mecanismo previsto pelo Ministério da Educação. Na esfera profissional, ela reconhece que há uma cadeia de desinformação, que inclui professores sem capacidade de identificar os alunos com essas caracte-

A iogaterapeuta Gabriela Vanina Toscanini explica que usa as posturas e as respirações da ioga para fazer com que a pessoa altamente qualificada mostre o que está sentido. “Como elas são muito inteligentes, conseguem manipular usando as palavras; já com o corpo isso não é possível”, afirma.

Paula tem outro filho, Henrique, de seis anos. Ele também aprendeu a ler praticamente sozinho e está no 1º ano do ensino fundamental. Adora brincar com os amigos de pega-pega e de “aventuras”, mas disse gostar “mais ou menos” da escola. Sua justificativa: “É muito entediante, a tarefa de matemática é muito fácil, queria que fosse um pouquinho mais difícil”. Ele não tem problemas de relacionamento nem com colegas, nem com professores, mas há alguns meses começou a roer as unhas. Por isso também está frequentando a Apahsd.

Paula admira tanto a ajuda que a associação dá a seus filhos que resolveu se unir à Apahsd. Atualmente, ela faz um trabalho com seus colegas pediatras para que eles possam reconhecer com mais facilidade uma superdotação.

PREOCUPAÇÃO
 Para Edir Sales, “o aluno com capacidade acima da média precisa ser acolhido”



Assessora vereadora Edir Sales

Plano Municipal de Educação avança na CMSP

O Plano Municipal de Educação (PME) foi aprovado pela Comissão de Administração Pública, em 6 de novembro, após os vereadores terem participado de uma série de audiências públicas para discutir a proposta. O plano estabelece diretrizes para o ensino municipal até 2020.

O presidente da comissão, vereador Gilson Barreto (PSDB), ex-

plicou que foi elaborado um substitutivo com base nos debates feitos nos últimos meses. Agora o projeto volta para a Comissão de Educação, Cultura e Esportes para que as alterações sejam submetidas aos vereadores que a compõem.

O Plano de Educação é um instrumento previsto na Lei Orgânica do Município, na Constituição do Estado e no Plano Na-

cional de Educação, entre outras regulamentações, para orientar o planejamento, a avaliação e o controle social das políticas educacionais do Município por um período de dez anos. Trata-se de um plano de Estado e não de governo, porque vai além da gestão que o aprovar e evita a descontinuidade na execução das políticas educacionais.

rísticas e diagnósticos errôneos de dislexia e déficit de atenção.

A presidenta da Associação Paulista para Altas Habilidades/Superdotação (Apahsd), Ada Toscanini,

PRÓXIMO

“Um superdotado pode estar ao seu lado”, diz Ada, presidenta da Apahsd



entidade que ajudou na elaboração da proposta, conta que alguns pais chegaram a ser orientados a não estimular a inteligência do filho. “Pedem para eles fazerem a criança brincar em vez de comprar livros. Mas ler pode ser brincar”, argumenta. Para ela, a maneira com que a maioria das escolas lida com os superdotados não é justa. Ada, que é pedagoga, comemorou a aprovação do projeto, mas ressalta que ainda há muito a ser feito, principalmente entre pais, professores, terapeutas e médicos.

Ela também afirma que é preciso tomar muito cuidado com os tratamentos que alguns profissionais recomendam, pois algumas vezes o superdotado é equivocadamente diagnosticado com problemas médicos, como hiperatividade ou depressão. Ada lembra que um aluno da associação presidida por ela tomou tanto remédio, alguns até de tarja preta, que perdeu parte de sua capacidade intelectual, de forma irreversível.

A especialista faz questão de ressaltar que uma criança altamente qualificada tem plena consciência sobre o seu próprio conhecimento e não sente necessidade de mostrar nada a ninguém. “Ela não se importa com notas, algumas ficam desinteressadas e tiram notas baixas”, explica. E alerta: “Um superdotado pode estar ao seu lado, por isso é importante estar atento para não desperdiçar esses talentos”.

SAIBA MAIS

Algumas entidades têm programas de ajuda aos altamente qualificados e aos profissionais que queiram ajudá-los. Também há bolsas de estudos à disposição:

Associação Paulista para Altas Habilidades/Superdotação (Apahsd): <http://apahsd.org.br>

Conselho Brasileiro para Superdotação (Conbrasd): <http://conbrasd.org>

Instituto Social Para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos (Ismart): <http://ismart.net.br>



LEGALIDADE
Estabelecimentos menores poderão funcionar apenas com um laudo

Menos burocracia para o comércio e a indústria

Lei da CMSP permite que imóveis de até 1.500 m² funcionem sem o Habite-se

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Entre os estabelecimentos comerciais, industriais, institucionais ou de prestação de serviços da capital paulista, apenas 65 mil têm autorização da Prefeitura. Esse número representa menos de 10% dos que deveriam ter o Habite-se (Certificado de Conclusão, também conhecido com Auto de Vistoria, Alvará de Conservação e Auto de Conclusão) para funcionar. O principal motivo é a extensa lista de documentos

necessários para conseguir uma Licença de Funcionamento definitiva. “Não existe outra cidade brasileira com tamanho nível de exigência para a regularização dos estabelecimentos”, conta o vereador Ricardo Nunes, líder da bancada do PMDB na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Junto com os colegas de partido Calvo, George Hato e Nelo Rodolfo, Nunes é autor da Lei 15.855/2013, que simplifica as regras para

1



Ricardo Rocha/ACSP

2



George Hato/ACSP

MOTOR
Criadores da lei, os vereadores Calvo (foto 1), George Hato (2), Nelo Rodolfo (3) e Ricardo Nunes (4) acreditam que ajudarão a movimentar a economia da cidade

3



Nelo Rodolfo/ACSP

4



Ricardo Nunes/ACSP

obter a permissão para funcionar. “Se você for ao Rio de Janeiro, por exemplo, tira a sua Licença de Funcionamento em uma semana com laudo técnico, sem precisar do Habite-se”, compara Nunes.

Para amenizar o problema na capital paulista, os parlamentares redigiram o texto que dispensa os estabelecimentos com até 1.500 m² construídos de apresentar Habite-se e Auto de Regularização (referente aos pedidos de anistia) ao pleitear a licença definitiva. No lugar desses

documentos, o dono do imóvel terá de fazer um laudo técnico em que se comprometa a cumprir as regras existentes sobre higiene, acessibilidade, segurança, estabilidade e habitabilidade da edificação, além do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), em alguns casos. “A parte da segurança continuará a mesma”, explica Paula Motta Lara, secretária de Licenciamento do Município, por meio de sua assessoria de imprensa. O laudo poderá ser feito por qualquer en-

genheiro ou arquiteto credenciado no conselho da categoria. Também permanece necessário respeitar a Lei de Zoneamento.

Outra novidade é a possibilidade de licença condicionada para imóveis não residenciais com área entre 1.500 m² e 5 mil m², desde que respeitadas as regras específicas vigentes. A permissão valerá por dois anos e poderá ser renovada por igual período. Até agora, só tinham direito a essa permissão provisória os locais com até 1.500 m² construídos.

Segundo estimativa de Ricardo Nunes, mais de 1,5 milhão de comerciantes poderão sair da ilegalidade com a Lei 15.855/2013, além de indústrias, instituições e prestadores de serviços. Dados obtidos pelo vereador na Secretaria de Finanças do Município e na Coordenação das Subprefeituras mostram que a maioria das empresas da cidade possui até 1.500 m² e será beneficiada. “Os locais maiores têm de ser atendidos, mas já conseguiremos resolver grande parte dos problemas”, confirma o coordenador de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Antônio Carlos Pela. “Acredito que

seja o primeiro passo de uma grande caminhada”, disse o executivo.

O representante da ACSP conta que a nova legislação foi recebida pelo setor com alívio: “A regularização das empresas é fator de arrecadação: o empresário quer gerar riqueza, pagar os impostos, cumprir seus deveres sem chateação, sem criar problemas, sem ficar devedor da Justiça nem ficar preocupado com o agente vistor”.

Com acesso mais rápido à licença permanente, o empreendedor consegue outras facilidades, como a permissão para instalar as placas que levam o nome e a marca do estabelecimento. “Isso nos leva ao combate efetivo da corrupção. Você rompe com a cultura do jeitinho, de gerar dificuldade para vender facilidade”, diz o vereador Nunes. Antônio Carlos Pela concorda: “Parece que a situação ficava aberta de propósito para que agentes mal intencionados pudessem agir”.

LIBERDADE

“O empresário quer gerar riqueza, sem ficar preocupado com o agente vistor”, diz o coordenador da ACSP, Antônio Carlos Pela



ACSP

O QUE MUDA

LICENÇA DEFINITIVA

Passa a ser permitida a estabelecimentos de até 1.500 m² sem Habite-se e Auto de Regularização

LICENÇA TEMPORÁRIA

Passa a ser permitida a estabelecimentos entre 1.500 m² e 5 mil m², desde que respeitadas as regras específicas vigentes

Fonte: Liderança do PMDB na Câmara

O Poder Executivo deveria ter elaborado, até novembro, as normas de aplicação da lei. Mas até o fechamento desta edição, um mês após expirar o prazo, o prefeito Fernando Haddad (PT) ainda não havia publicado a regulamentação.

TRAUMA

A reportagem da **Apartes** visitou vários estabelecimentos comerciais

para fazer entrevistas com seus proprietários para esta matéria. Em comum, todos tinham o medo de se expor. “Eu digo por que muitos empresários se apavoram: eles têm pânico da abordagem dos fiscais. Muitos estão ilegais e garanto que não é por vontade própria”, disse a dona de um restaurante, que aceitou falar desde que não fosse identificada.

Quando a empresária estabeleceu seu ponto comercial, o Habite-se já estava garantido, mas ela conhece a história de vários colegas de profissão que precisaram do documento para obter a licença de funcionamento: “É complicado, muito difícil”. No site da Prefeitura paulistana são mencionadas nada menos do que 11 etapas para concluir o trâmite de obtenção do Habite-se.

“É uma teia, com nós, que se constrói em cima do alvará. E você tem de ficar soltando, ponto a ponto, se quiser sua licença pelas vias legais”, diz a proprietária. A bancada do PMDB acredita que a situação tende a mudar com Lei 15.855. Para os vereadores, a cidade terá um fator de intimidação a menos contra os que pretendem abrir empresas e gerar empregos na capital. 

Nomes de guerra

Em 1897, o conflito de Canudos, no sertão baiano, fez a Câmara mudar os nomes de seis ruas do centro de São Paulo

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Não se falava em outra coisa. Em 1897, a guerra do Exército brasileiro contra um arraial pobre do sertão baiano era tema de tudo quanto fosse roda de conversa. “É um zunzum que ensurdece, / Um vaivém que nos põe mudos, / Desde que o dia amanhece / Até que acaba: – Canudos!”, escreveu um poeta no jornal *A Bahia*. Políticos e intelectuais de todas as tendências debatiam o conflito nas tribunas e nos jornais, editoras vendiam mapas do arraial “nitidamente litografados” e lojas, em seus anúncios, usavam o nome

Canudos para vender de sapatos a vestidos de seda.

Os habitantes do arraial, comandados pelo líder religioso Antônio Conselheiro, já haviam rechaçado duas pequenas expedições enviadas para combatê-los, entre outubro de 1896 e janeiro de 1897. Mas o que fez o pânico se espalhar por todo o País foi a derrota da terceira expedição, uma força de 1.300 homens comandada por um dos heróis do Exército republicano, coronel Moreira César, o Corta-Cabeças.

Em 10 de março, seis dias após a morte de Moreira César em Canu-

dos, a guerra virou assunto na Câmara Municipal de São Paulo. Além de suspender sessão e fazer voto de pesar, os vereadores decidiram alterar os nomes de seis ruas do centro (veja mais na pág. 35) para homenagear militares mortos em Canudos e heróis da República da Espada.

“*Deante do inesperado acontecimento que acaba de enlutar a Patria Brasileira e o glorioso exercito nacional, pela morte de seus bravos soldados no combate com as hordas monarchistas nos sertões da Bahia, indicamos que a Câmara Municipal de S. Paulo suspenda a sessão de hoje, lançando na acta um*

voto de pesar e protesto ao chefe da nação, por intermédio do presidente [equivalente a governador] d’este Estado, a sua franca solidariedade e apoio incondicional em todos os terrenos em prol da Republica”, afirmaram os vereadores (grafia da época).

NEM TÃO HEROICOS

Antes do encerramento dos trabalhos, a Câmara aprovou a mudança dos nomes das Ruas Direita (rebatizada Marechal Floriano Peixoto) e São Bento (Coronel Moreira César), duas das mais conhecidas vias de São Paulo. Na sessão seguin-

te, no dia 17, o Plenário aprovou propostas dos vereadores Gomes Cardim, Alfredo Zuquim e Roberto Penteado que rebatizavam as Ruas do Quartel (que virou Cabo Roque), João Alfredo (General Carneiro), da Esperança (Capitão Salomão) e das Flores (Coronel Tamarindo), “*em homenagem aos patriotas e heroicos soldados assassinados covardemente na cruzada de Canudos, defendendo a Republica*”.

Nem todos os “patriotas e heroicos soldados” homenageados pela Câmara eram tão heroicos assim. O próprio Moreira César não ganha-



MUDANÇA
Entre 1897 e 1899, a Rua Direita
chamou-se Floriano Peixoto

CAPTURADO Soldados do Exército levam prisioneiro para execução



ra o apelido Corta-Cabeças por ser um defensor dos direitos humanos. Ao contrário, era um militar cuja “bravura cavalheiresca” esvaía-se “na barbaridade revoltante”, segundo Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Quando foi capitão, participou do linchamento de um jornalista, Apulcro de Castro. Anos depois, encarregado de reprimir duas rebeliões contra o governo Floriano Peixoto (a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e a Revolução Federalista, em Santa Catarina), ficou conhecido pelas execuções de inimigos indefesos.

Em Canudos, muito do fracasso da expedição foi culpa do salto alto com que o coronel entrou na batalha, desprezando os inimigos ao ponto de dizer “vamos almoçar em Canudos” para seus comandados pouco antes de invadir o arraial. O coronel Tamarindo, que assumiu o comando da terceira expedição após a morte de Moreira César, entrou para a história ao falar, diante da batalha perdida, outra frase memorável: “É tempo de murici, cada um cuide de si...”.

Já o Cabo Roque era celebrado como o herói que teria sido morto enquanto protegia o cadáver de Moreira César dos jagunços de Canudos. O heroísmo durou até o cabo ser descoberto, muito vivo, e confessar que, durante o conflito, havia simplesmente largado o corpo do comandante no mato e saído correndo, “vítima da desgraça de não ter morrido, trocando a imortalidade pela vida”, nas palavras de Euclides da Cunha. O personagem teria inspirado o dramaturgo Dias Gomes a criar o Cabo Jorge, protagonista da peça *O Berço do Herói*, de 1963, um personagem que passa a ser considerado herói após ser falsa-

mente dado como morto. Em 1985, Dias Gomes reaproveitaria o mesmo mote na trama da sua telenovela *Roque Santeiro*. Por outro lado, ninguém até hoje desmentiu a história do martírio do Capitão José Salomão da Rocha, que “tombou, retalhado a foixadas, junto dos canhões que não abandonara”, também segundo Euclides da Cunha. Tanto que seu feito é lembrado em um verso da *Canção da Artilharia do Exército*: “Abraçado ao canhão morre o artilheiro”.

Os outros dois homenageados pela CMSP nunca pisaram em Canudos, mas foram lembrados como símbolos da República da Espada (1889-1894), período em que o recém-proclamado regime republicano, comandado por militares, esmagou uma série de revoltas contra o governo federal. O símbolo dessa fase foi o marechal Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil (1891-1894). Os soldados que enfrentavam Canudos, segundo Eucli-

des da Cunha, “tinham todos, sem excetuar um único, colgada ao peito esquerdo em medalhas de bronze, a efígie do marechal Floriano Peixoto e, morrendo, saudavam a sua memória”. O outro homenageado, general Gomes Carneiro, foi encarregado por Floriano de combater a Revolução Federalista no Paraná, onde morreu resistindo, com 600 homens, a um cerco de mais de 3 mil revoltosos, no episódio conhecido como Cerco da Lapa.

O FIM DE CANUDOS

Chama atenção o modo como a primeira alteração nos nomes das ruas, em 10 de março, foi realizada. A pedido do vereador Gomes Cardim, as mudanças foram aprovadas sem debate, “pois que sua discussão pareceria pôr em dúvida os sentimentos republicanos da Câmara”. Não havia ambiente para questionamentos. O clima era de guerra.

Como relata a pesquisadora Walnice Nogueira Galvão em *No*

SOBREVIVENTES

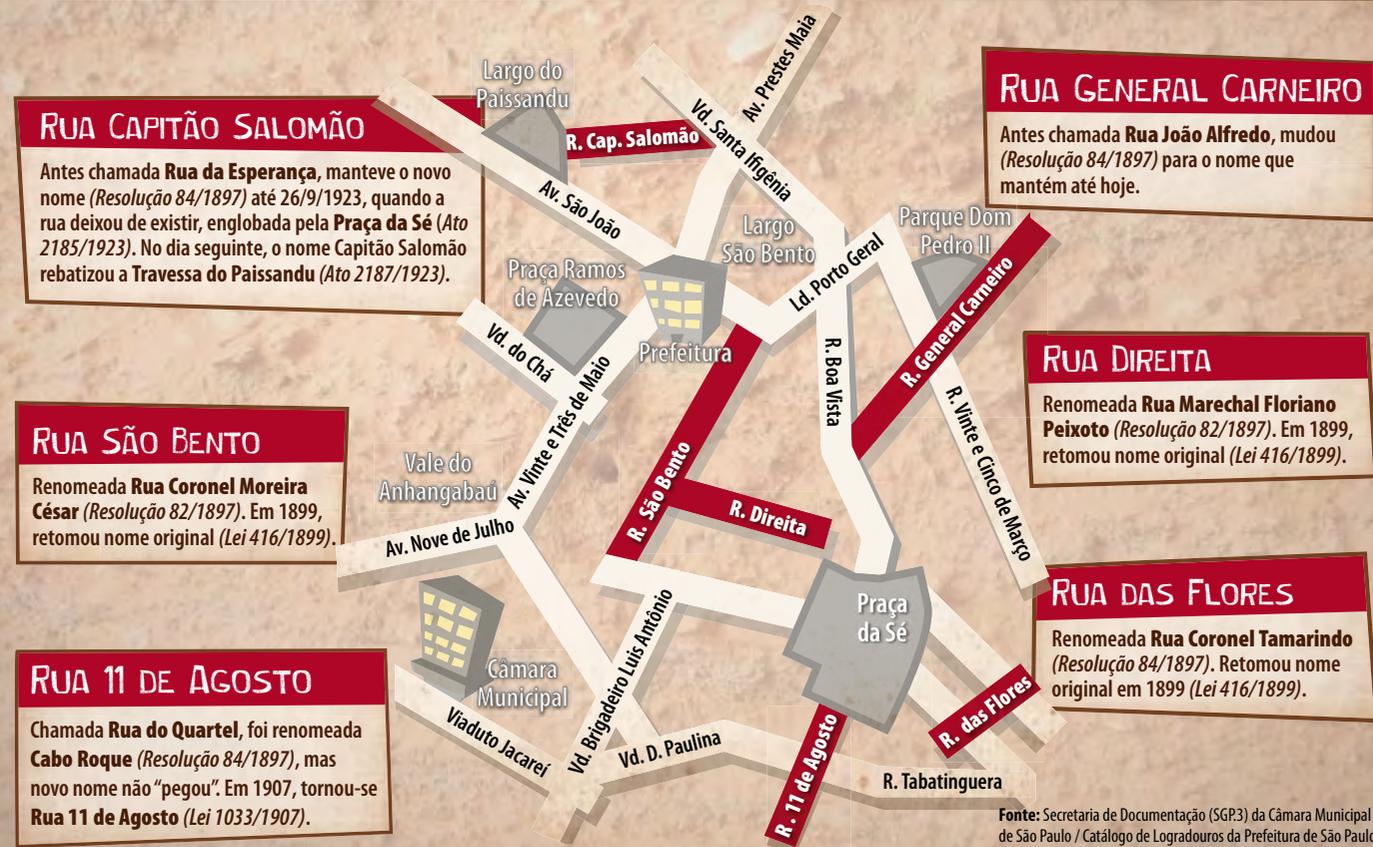
Mulheres e crianças aprisionadas em Canudos



Foto de Barros, Museu da República

TROCA DE NOMES

AS RUAS DE SÃO PAULO QUE MUDARAM DE DENOMINAÇÃO, EM 1897, POR CAUSA DA GUERRA DE CANUDOS



Fonte: Secretaria de Documentação (SGP:3) da Câmara Municipal de São Paulo / Catálogo de Logradouros da Prefeitura de São Paulo

Calor da Hora, várias matérias jornalísticas retratavam Canudos como um grupo com ramificações em Nova York e Paris que pretendia restaurar a monarquia no Brasil e pediam sua destruição. Canudos era “uma horda de mentecaptos e galés”, segundo Rui Barbosa, considerado o principal intelectual brasileiro, ou uma “vergonha que cumpre extinguir de pronto”, de acordo com um manifesto de acadêmicos baianos. “Em Canudos não ficará pedra sobre pedra”, prometia o presidente da República, Prudente de Moraes.

A promessa foi cumprida com o envio, em abril, de uma quarta expedição contra Canudos, com mais de 5 mil homens, comandados pelo general Artur Oscar. Em outubro, já haviam destruído o arraial. Não houve rendição. O conflito acabou quando os soldados mataram os últimos defensores de Canudos: um velho, dois adultos e uma criança. “E assim, com essa mobi-

lização geral da opinião feita pelos jornais, acompanhando as operações bélicas, a Guerra de Canudos foi, afinal, ganha e o arraial arrasado a dinamite e querosene juntamente com quem não quis se render. Os prisioneiros foram todos degolados, restando apenas algumas poucas centenas de mulheres e crianças que foram dadas de presente ou vendidas. A República estava salva”, resume Walnice.

Com o fim de Canudos, alguns dos setores que haviam pedido a destruição do arraial começaram a perceber que, da mesma forma como muitos militares não foram os heróis que se imaginava, os canudenses também não eram o grupo de conspiradores interessados em derrubar a República que a mídia e os políticos haviam retratado. O arraial era apenas uma comunidade de gente pobre, que, embora houvesse crescido a ponto de virar a segunda maior cidade da Bahia, mantinha-se



GUERRA
Soldados reconstituem captura de canudenses para fotógrafo Flávio de Barros

à margem de todos os poderes da época, fosse do Estado, da Igreja ou dos grandes fazendeiros – e que talvez por isso incomodasse tanto.

FAVELAS

Os vereadores de São Paulo voltaram a tratar de Canudos na sessão de 27 de outubro, quando Roberto Penteado propôs “um voto de congratulação com o general Arthur Oscar, pela vitória de Canudos, com as forças em operações e com o brioso 1º batalhão de S. Paulo pela bravura com que revelou o seu patriotismo”. Dessa vez não houve a mesma unanimidade. Vereadores propuseram que a congratulação fosse feita à “Patria Brasileira” e a “todos os altos poderes da nação”. Sem acordo, a discussão foi retomada na sessão seguinte, em 3 de novembro, quando o vereador João Bueno afirmou que, “quando se iniciou a questão, teve que manifestar o seu descontentamento contra a degolação dos prisioneiros em Ca-

nudos, e que nessa ocasião apresentou emenda para que a Câmara se manifestasse contra esses factos”. O mesmo parlamentar, contudo, retirou a tal emenda, por entender que cabia ao governo “syndicar os factos” e propôs, em seu lugar, uma congratulação “com o Paiz pela victoria da guerra em Canudos, trazendo a paz aos brasileiros”. Novamente, não houve acordo e a votação acabou adiada.

O desconforto com que os vereadores retomaram a questão de Canudos fazia parte de um processo de mudança na mentalidade da “consciência letrada” do País, que, após o massacre do arraial, “termina reconhecendo os jagunços (como eram chamados os canudenses) como compatriotas e a guerra como fratricida”, segundo Walnice. O auge desse “mea-culpa” é a obra-prima *Os Sertões*, publicado em 1902, em que o jornalista Euclides da Cunha relata as execuções de sertanejos prisioneiros,

sobre as quais ele mesmo havia silenciado em sua cobertura para o jornal *O Estado de S. Paulo*, e afirma que a campanha de Canudos “foi, na significação integral da palavra, um crime”. Para as vítimas, porém, protestos como os de Euclides ou do parlamentar João Bueno, além de ocorrerem tarde demais, nunca levaram a qualquer punição.

Das seis mudanças de nome feitas pela Câmara em 1897, apenas duas perduraram – a General Carneiro e a Capitão Salomão. Situação parecida ocorreu no Rio de Janeiro, que na mesma época rebatizou a Rua do Ouvidor como Moreira César, nome que também não pegou. Houve, porém, um nome originado de Canudos que atravessou o século, levado por antigos soldados da Guerra que foram morar no Rio de Janeiro. Descartados pelo Exército após a batalha, os antigos combatentes subiram em um morro para ali erguer casebres onde pudessem morar. Em homenagem a um morro de Canudos, batizaram o local de Favela. O nome “favela” se espalhou pelo País e passou a designar conjuntos de habitações precárias das cidades que, ao longo das décadas seguintes, algumas autoridades tratam do mesmo jeito que trataram Canudos – com a mesma brutalidade e, quase sempre, com impunidade. 

SAIBA MAIS

Livros

A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. Annablume, 1997.

No Calor da Hora. Walnice Nogueira Galvão. Ática, 1974.

Os Sertões. Euclides da Cunha. Várias editoras.

A VOZ da cidade

Nas audiências públicas do Plano Diretor, um retrato das várias caras de São Paulo

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Duas São Paulo bem diferentes deram as caras nas principais audiências públicas convocadas para debater o novo Plano Diretor Estratégico (PDE), que vai definir os rumos do planejamento urbano para a cidade nos próximos dez anos.

Em 23 de novembro, o Centro Educacional Unificado (CEU) Vila Rubi foi ocupado por mais de mil pessoas, a maioria militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Gritos, palmas, tambores e discursos exaltados de quem busca um lugar para morar deram o tom da audiência da Macrorregião Sul. Uma semana depois, a audiência pública da Macrorregião Centro-Oeste atraiu um público mais velho e silencioso, preocupado com áreas verdes, especulação imobiliária e equipamentos de saúde.

De outubro a dezembro, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) realizou 45 audiências para ouvir o que a população tem a dizer a respeito da proposta de Plano Diretor enviado pela Prefeitura, por meio do Projeto de Lei (PL) 688/2013. Com base nessas sugestões, os vereadores devem apresentar, no início de 2014, um substitutivo para o projeto.

Das 45 audiências, quatro foram voltadas a debater os problemas das quatro Macrorregiões do municí-

DIREITO
Ana Paula Ribeiro, do MTST, pede mais moradia para baixa renda



ZONA SUL

Militantes sem-teto participam de audiência da Macrorregião Sul

pio: Leste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Além dessas, a Casa organiza uma audiência para cada Subprefeitura (31, no total) e algumas temáticas, sobre assuntos como mobilidade, moradia e meio ambiente, entre outros.

MORADIA ANTES DE TUDO

No dia 23, uma multidão de vermelho, com mais de mil militantes do MTST, tomou o auditório aos gritos de “Criar, criar, poder popular” e “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro”.

Na fala inicial, os vereadores e o representante da Prefeitura ressaltaram que os grandes problemas da Macroárea Sul são a moradia e a questão ambiental, já que muitos habitantes vivem de forma irregular em áreas de mananciais. Quando o microfone foi aberto, contudo, a maioria dos cidadãos apontou problemas como a falta de moradia e pediu a implantação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis).

“Tem que preservar mananciais, mas também o direito dos cidadãos à moradia”, disse Natália Rocha, do MTST. “Moro há 26 anos num loteamento irregular, na Ilha do Bororé, e a única luz que tenho ali é clandestina.” Valmir de Sena, presidente da Associação dos Sem Casa da Zona Sul (Ascaz), lembrou como a pressão dos movimentos populares levou o poder público a ampliar as fronteiras da legalidade. “Quando chegamos aqui, em 1987, era proibido entrar água, luz, asfalto. O Hospital Grajaú e o CEU em que estamos agora não poderiam ter sido construídos se a lei não fosse mudada.” Entre uma fala e outra, o público soltava seus refrões, acompanhados pelo som dos tambores.



CENTRO-OESTE

Audiência realizada no Sesc Pinheiros, em 30 de novembro

TELÃO

Público assiste à audiência pública no CEU Rubi



O presidente da Câmara, vereador José Américo (PT), destacou que a capacidade de mobilização de setores da sociedade, como os sem-teto, pode influenciar no conteúdo do Plano Diretor. “Quem decide a cidade são as pessoas que se mobilizam. Isso dá muita força para as reivindicações. Dessa vez não é só o Secovi [Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo] que está mobilizado”, afirmou. “As propostas de alteração de Zeis que vocês trouxeram são

pertinentes. Estamos estudando e vamos tratar com muito carinho porque precisamos ampliar o espaço de moradia em São Paulo”, disse.

“MURO DE BERLIM”

Ninguém levou tambores e poucos mencionaram a questão da moradia na audiência da Macrorregião Centro-Oeste, realizada no dia 30, no Sesc Pinheiros. Como aquela é a área que concentra os maiores índices de emprego do Município, as preocupações ali envolvem mais áreas verdes e o receio da especu-

lação imobiliária, além do desejo de mais hospitais e melhores condições de transporte.

A questão ambiental foi uma das prioridades. O representante da Secretaria de Planejamento, Fernando Bruno, recebeu críticas ao mostrar um slide com a previsão das áreas verdes a serem implantadas na macrorregião durante os próximos três anos. “É muito pouco! Quase nada”, gritaram da plateia. “Concordo que não seja muito, mas acho que não é pouco para três anos, considerando custos de desapropriação, projeto, implantação”, respondeu Bruno.

Uma das principais propostas do projeto de Plano Diretor enviado pela Prefeitura, a de permitir o adensamento em torno dos corredores de transporte público, também foi criticada. Lucila Lacreta, do Defenda São Paulo, movimento que discute as questões sobre a cidade, disse que a proposta vai gerar um padrão de ocupação semelhante à da Avenida Paulista, com um “Muro de Berlim” de prédios altos se espalhando por áreas de várzeas e por trechos da Serra da Cantareira. “Não estamos prevendo as mudanças climáticas que isso pode causar numa cidade que já é uma ilha de calor”, afirmou.

Em resposta aos questionamentos, o relator do projeto do Plano Diretor Estratégico, vereador Nabil Bonduki (PT), disse que o adensamento em torno dos corredores de transporte foi pensado para “absorver as necessidades futuras da cidade, porque ela não pode mais crescer horizontalmente”.

SAIBA MAIS

Site

Plano Diretor.
<http://planodiretor.camara.sp.gov.br>



DESCONTRAÇÃO • Pais e professores tiram fotos dos vereadores jovens no Plenário 1º de Maio

Projetos simbólicos, intenções verdadeiras

Vereadores jovens apresentam suas propostas para a cidade

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Alice Ye Eun Chug, filha de sul-coreanos, tem 12 anos e estuda no Bom Retiro. No caminho para a escola, ela vê muitos retalhos de tecidos jogados na rua como se fosse lixo. A estudante, então, teve uma ideia: a Prefeitura poderia organizar o recolhimento desse material, para que fosse reciclado. A proposta foi aprovada por seus professores e encaminhado à Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), onde se tornou um dos 55 projetos que fizeram parte do Parlamento Jovem deste ano. “Para o cidadão, é melhor andar por uma rua limpa do que uma suja”, justificou Alice. Em 8 de novembro, ela defendeu o projeto na tribuna do Plenário 1º de Maio, no Palácio Anchieta, sede da CMSP.

O vereador jovem André Hardt Cardoso, de 13 anos, propôs que em todas as escolas públicas municipais houvesse uma horta. “Aluno que come bem, estuda bem”, afirmou o garoto de 13 anos, que garante gostar de verdura.

Heitor Chaves Teodoro, de 10 anos, apresentou proposta para que a sobra de madeira nas obras de construção seja enviada para os presídios, onde seria transformada em móveis pelos detentos. “Assim, quando o preso voltar para a rua não precisará mais roubar, já que terá uma profissão”, afirmou, com convicção.

Esses são apenas três dos 55 projetos aprovados na 12ª edição do Parlamento Jovem Paulistano, uma

iniciativa da CMSP para oferecer aos estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental municipal uma lição de cidadania e democracia, com o exercício, por um dia, das funções e dos trabalhos do Poder Legislativo.

Os projetos enviados pelas escolas foram escolhidos por uma comissão de vereadores, seguindo os critérios de respeito ao formato de projeto de lei, pertinência em relação ao tema do partido, correção gramatical, concisão e clareza, originalidade e exequibilidade.

Para o presidente da Câmara Municipal, José Américo (PT), o Parlamento Jovem é um sucesso. “Pela quantidade de garotas e garotos aqui presentes, vemos que a ideia pegou”, observou durante a Sessão Solene de abertura dos trabalhos.

O ex-vereador José Rogério Farhat, autor da proposta de criação do Parlamento Jovem Paulistano, também participou da cerimônia. “Espero que vocês continuem na política, pois um dia vão comandar este País”, afirmou aos jovens.

FUTURO DOS PROJETOS

Todos os projetos dos vereadores jovens foram aprovados, mas apenas de forma simbólica, já que não vão se tornar leis. Essa questão foi mencionada por Laura Franciscato dos Santos em seu discurso como candidata à Presidência da Mesa Diretora. “Espero que os projetos sejam postos em prática e virem leis”, declarou ela, que acabou sendo eleita presidenta pelos colegas.

Para que as propostas de Laura e dos outros jovens vereadores tornem-se realidade, é necessário que algum vereador apresente os projetos, que a maioria dos parlamentares aprove e que o prefeito sancione.

COMPROMISSO
Estudantes prestam juramento ao serem empossados como vereadores jovens

Já houve casos de vereadores que aproveitaram propostas sugeridas no Parlamento Jovem e as encamparam, sempre citando de quem foi a ideia original. Laércio Benko (PHS), Aurélio Nomura (PSDB) e Coronel Camilo (PSD), por exemplo, já apresentaram projetos baseados em sugestão dos vereadores jovens do ano passado. Uma das propostas utilizadas por Benko, que instituiu o programa de permeabilização do solo

paulistano, chama a atenção por ter sido apresentada no Parlamento Jovem de 2012 por seu filho Laércio Benko Lopes Filho.

Independentemente de o projeto virar lei, os professores acham excelente a realização do Parlamento Jovem Paulistano. “Os jovens se sentem ouvidos”, comentou Thiago Braz, que leciona sociologia para alguns dos parlamentares mirins. O professor de português Luís Alberto Camargo acha que é muito importante os estudantes passarem um dia ouvindo e conversando com os outros vereadores jovens. “É um aprendizado da consciência política”, resumiu.

Mais informações sobre o Parlamento Jovem podem ser obtidas com a Equipe de Eventos da Câmara, pelo e-mail eventos@camara.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3396-4170. No portal www.camara.sp.gov.br, em Prêmios Institucionais, também é possível encontrar mais detalhes, como cronograma de atividades, fichas de inscrição e as normas para envio dos trabalhos.

DIVULGAÇÃO

Material de apoio do Parlamento Jovem 2013



Banca de jornal, bebida, eletrônicos...

Lei aprovada na Câmara amplia rol de produtos oferecidos em bancas

Sândor Vasconcelos | sandor@camara.sp.gov.br

A partir de novembro, os donos das cerca de 3.500 bancas de jornal de São Paulo podem ampliar a lista de produtos e serviços oferecidos por seus estabelecimentos, graças à Lei 15.895/2013, cujo projeto foi idealizado pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo, José Américo (PT), e sancionado pelo Executivo.

Segundo Américo, a iniciativa tenta corrigir uma injustiça, já que as bancas enfrentam a concorrência de, por exemplo, supermercados e lojas de conveniência, que podem vender jornais e revistas sem restrição. “As bancas não precisam de privilégios, mas de condições iguais para competir”, apontou o vereador na justificativa do projeto.

De acordo com a lei, bebidas e alimentos devem estar acondicionados em refrigeradores, no interior da banca. A comercialização de revistas e jornais segue como atividade principal, por isso 75% do espaço interno útil do estabelecimento continuam destinados apenas a produtos editoriais. 

O que pode

Com a nova lei, as bancas podem comercializar:

- Refrigerante, água mineral, isotônico, energético, suco industrializado, bebidas à base de soja e de café, chá em lata, água de coco, bebidas lácteas, iogurte líquido e natural, leite fermentado e outras bebidas não alcoólicas em embalagem de até 600 ml;
- Doces industrializados e biscoitos salgados de até 200 gramas e sorvetes em embalagens descartáveis individuais;
- Artigos eletrônicos de pequeno porte, como pen drives, mídias, reproduzidores de mídia, jogos de videogame, fones de ouvido, mouse, carregadores de celulares, cartuchos e toner para impressoras, cadeados, capas de chuva, guarda-chuvas e outros produtos de pequeno porte do segmento;
- Artigos de papelaria, como papel sulfite A4 (folhas individuais), papel de presente, envelope, caderno, agenda, calendário, cola escolar, pasta, fita e bloco autoadesivos, clipe, elástico, etiqueta, ímã, jogos de tabuleiro, brinquedos pequenos, boné, jogos de cartas e similares;
- Cartões de recarga e chips para celulares;
- Transmissão e recepção de fax e e-mail, assinaturas de revistas, serviços de revelação de fotos e encomendas rápidas por convênios com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e outras empresas do ramo.

Comunicação INTEGRADA Câmara Municipal de São Paulo



Confira a agenda legislativa, consulte leis e projetos e informe-se sobre o trabalho desenvolvido pelos vereadores.

www.camara.sp.gov.br



Acompanhe as Sessões Plenárias e assista aos debates e votações que transformam a cidade.

Canal 61.4 (aberto digital – 24h)
Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h.
www.tvcamara.sp.gov.br

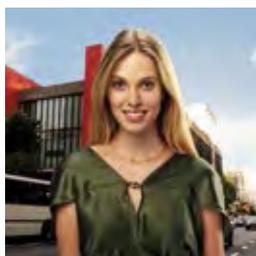
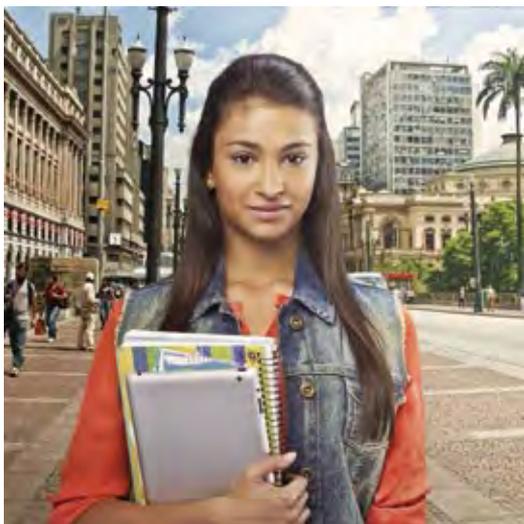


Ouça a programação ao vivo ou faça **download** dos boletins diários sobre as atividades parlamentares.

<http://webradio.camara.sp.gov.br/>



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



O novo Plano Diretor vai reorganizar São Paulo.

Com a sua ajuda, os vereadores paulistanos vão definir a cara da cidade para os próximos dez anos. Eles vão debater e votar os rumos do crescimento econômico, da mobilidade urbana, do saneamento, da habitação, entre outros. E como isso afeta a todos, a Câmara quer a sua participação.

Envie suas sugestões para a elaboração do Plano Diretor:
www.camara.sp.gov.br/planodiretor

